

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

CHAMADA Nº 006/2018
CONCESSÃO DE QUOTAS INSTITUCIONAIS DE BOLSAS DE DOUTORADO

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, compromissada com o desenvolvimento da pesquisa científica e com a formação de pesquisadores no estado do Pará, torna público a presente chamada para concessão de quotas institucionais de bolsas de Doutorado às Instituições Públicas de Ensino Superior (IES); Institutos Públicos de Pesquisa (IP); Institutos de Pesquisa de direito privado sem fins lucrativos e integrantes da administração pública, localizadas no estado do Pará que possuam Programas de Pós-graduação *stricto sensu* recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

1. JUSTIFICATIVA

Em uma perspectiva de governança sistêmica e partilhada, articulada com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica – SECTET, a FAPESPA assume a “missão institucional de executar políticas públicas para uso e disseminação do conhecimento, o progresso da ciência e da tecnologia e o apoio ao planejamento de Estado” (PDCTI - Plano Diretor de CT&I 2015-2019 – Estado do Pará, p. 59), tendo em vista o desenvolvimento econômico, social e ambiental, com atuação prioritária em quatro eixos estratégicos, dentre os quais está o eixo de formação de capital humano por meio de bolsas de iniciação à pesquisa, monitoria, mestrado e doutorado.

Neste sentido, esta chamada torna-se relevante por fortalecer os programas de doutorado localizados na Amazônia, que em 2011 representavam apenas 2,9% do total de programas de doutorado no Brasil, bem como por estar alinhada ao PDCTI 2015-2019 que possui dentre seus objetivos o de “apoiar programas de bolsas de formação científica, em todos os níveis de conhecimento, **em áreas estratégicas**”, descrito na linha de ação “Formar, fixar e atrair pessoal qualificado para áreas estratégicas” do eixo estratégico “Apoio à pesquisa e ao empreendimento para o desenvolvimento sustentável”.

2. OBJETIVO

Fortalecer, por meio da concessão de quotas institucionais de bolsas de Doutorado, os Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, recomendados pela CAPES, vinculados a Instituições Públicas de Ensino Superior (IES); Institutos Públicos de Pesquisa (IP); Institutos de Pesquisa de direito privado sem fins lucrativos e integrantes da administração pública, sediadas no estado do Pará.

3. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	DATAS/PERÍODOS
Lançamento da chamada*	09/03/2018
Período para submissão de propostas no SIGAMAZÔNIA	12 h do dia 27/03/2018 às 11h do dia 16/04/2018
Divulgação do resultado preliminar – Análise de documentação (Enquadramento)*	A partir do dia 08/05/2017
Prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado preliminar (Enquadramento)	Cinco dias úteis após o resultado preliminar
Resultado do recurso administrativo (Enquadramento)*	Cinco dias úteis após o prazo para protocolo de recurso administrativo

	referente ao resultado preliminar (Enquadramento)
Divulgação do resultado preliminar – Classificação e Concessão de quotas*	Quinze dias úteis após o resultado do recurso administrativo (Enquadramento)
Prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado preliminar (Classificação e Concessão de quotas institucionais)	Cinco dias úteis após o resultado preliminar (Classificação e Concessão de quotas institucionais)
Resultado do recurso administrativo (Classificação e Concessão de quotas institucionais)*	Dez dias úteis após o prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado preliminar (Classificação e Concessão de quotas institucionais)
Divulgação do resultado final*	Quinze dias após o resultado do recurso administrativo (Classificação e Concessão de quotas institucionais)
Prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado final	Cinco dias úteis após o resultado final
Resultado do recurso administrativo referente ao resultado final*	Dez dias úteis após o prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado final

* Serão divulgados no Diário Oficial do Estado do Pará e no site www.fapespa.pa.gov.br

4. NÚMERO, VALORES E PRAZOS DAS BOLSAS

- 4.1. Serão beneficiados com bolsas até 50 (cinquenta) alunos de cursos de Doutorado;
 4.2. O valor mensal da bolsa de Doutorado é de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais);
 4.3. As bolsas de Doutorado terão duração máxima de até 48 (quarenta e oito) meses, respeitada a vigência do Convênio/Termo de cooperação.

5. RECURSOS FINANCEIROS

- a. Os recursos aportados para financiamento da presente Chamada serão de até R\$ 5.280.000,00 (cinco milhões, duzentos e oitenta mil reais) para concessão de quotas institucionais de bolsas de Doutorado, oriundos de orçamento da FAPESPA – Dotação orçamentária 19.571.1452.8534, Fonte: 0101.
 b. A Instituição proponente, que tiver proposta aprovada nesta chamada, será responsável pelo gerenciamento dos recursos liberados.

6. PROPOSTAS ELEGÍVEIS

Serão consideradas elegíveis as propostas que atendam aos requisitos abaixo:

- 6.1. Serem oriundas de IES ou de Instituição de Pesquisa, com personalidade jurídica de direito público, localizada no estado do Pará que mantenham cursos de Doutorado recomendados pela CAPES;
 6.2. Para realizar a submissão de proposta, a proponente (IES ou Instituição de Pesquisa) e o seu representante máximo institucional, deverão estar cadastrados, com dados atualizados, no Sistema SIGAMAZÔNIA (www.sigamazonia.fapespa.pa.gov.br).

7. CONTEÚDO DAS PROPOSTAS

As propostas, submetidas **exclusivamente** via formulário eletrônico do SIGAMAZÔNIA, deverão contemplar o maior número possível de áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (Anexo II), bem como deverão conter:

- a) Breve histórico da IES ou da Instituição de Pesquisa;

- b) Descrição geral da pós-graduação na IES ou da Instituição de Pesquisa, enfatizando o crescimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecidos pela CAPES);
- c) Justificativa quanto à necessidade da concessão de quotas de bolsas;
- d) Objetivos e metas a serem alcançados com a quota de bolsas de Doutorado pleiteada;
- e) Informações quantitativas sobre os discentes e docentes da IES ou da Instituição de Pesquisa, especificando:
 - e.1) Número total de discentes regularmente matriculados nos cursos de Doutorado;
 - e.2) Número total de discentes de Doutorado matriculados bolsistas e origem da bolsa (CNPq, CAPES, FAPESPA e outros);
 - e.3) Número total de discentes de Doutorado matriculados sem bolsas, excluídos os que não podem receber bolsa pelos critérios dos órgãos e agências de fomento;
 - e.4) Número de docentes com doutorado e pós-doutorado da instituição, vinculados aos cursos de Doutorado da Instituição Proponente;
 - e.5) Número de discentes matriculados nos programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com os respectivos conceitos atribuídos pela CAPES;
 - e.6) Número total de publicações qualificadas associadas com alunos de doutorado em periódicos (*Qualis* A e B) nos últimos 5 anos (2013-2017);
 - e.7) Relação dos grupos de pesquisa da IES ou da Instituição de Pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;
 - e.8) Tempo de permanência média dos doutorandos da IES ou da Instituição de Pesquisa dos últimos 5 (cinco) anos;
 - e.9) Índice de evasão (Cancelamento e desligamento) dos doutorandos com bolsa da IES ou da Instituição de Pesquisa dos últimos 5 (cinco) anos;
 - e.10) Índice de evasão (Cancelamento e desligamento) dos doutorandos sem bolsa da IES ou da Instituição de Pesquisa dos últimos 5 (cinco) anos.
- f) Proposta de distribuição da quota institucional de bolsas a ser adotada internamente pela IES ou Instituição de Pesquisa junto aos cursos de Doutorado, destacando critérios de seleção e quantitativo de bolsas por área do conhecimento e linhas de pesquisa dos cursos em questão.
- g) Anexada ao formulário eletrônico, a relação numerada de cursos de Doutorado com os respectivos conceitos atribuídos pela CAPES, áreas do conhecimento, linhas de pesquisa, tempo de existência e Campi de funcionamento (Conforme Anexo I);
- h) Anexada ao formulário eletrônico, a contrapartida de natureza não financeira (bens e/ou serviços economicamente mensuráveis) devidamente contabilizada, não podendo ser inferior a 12% (doze por cento) do valor global pleiteado na proposta, descrita conforme Anexo III.

8. SUBMISSÃO DE PROPOSTAS

- 8.1. As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente por intermédio do formulário *on-line*, disponível no Sistema SIGAMAZÔNIA (www.sigamazonia.fapespa.pa.gov.br), de acordo com o cronograma (item 3) e em arquivo no formato PDF com no máximo 10 MB cada. É da responsabilidade do solicitante fornecer arquivos que sejam compatíveis com o *software Adobe Acrobat Reader*, versão 6 ou superior;
- 8.2. As propostas deverão ser transmitidas através do navegador web compatível com o sistema SIGAMAZÔNIA, a saber: Mozilla Firefox, versão 37 ou superior;
- 8.3. Cada instituição proponente poderá enviar exclusivamente 1 (uma) proposta para esta chamada;
- 8.4. As propostas deverão ser transmitidas à FAPESPA, até às 11h - horário de Belém, da data limite de submissão. A instituição proponente receberá, imediatamente após o envio, recibo eletrônico de protocolo da proposta enviada;
- 8.5. Após a submissão eletrônica da proposta, não será permitida alteração da mesma por parte da instituição proponente;

8.6. Deverão ser anexados ao formulário eletrônico (*Upload*), arquivos individuais, escaneados, em forma legível e em formato PDF dos anexos I e III devidamente preenchidos.

8.7. Os anexos são de inteira responsabilidade da instituição proponente e a ausência de documentação acarretará no desenquadramento da proposta;

8.8. A FAPESPA não se responsabilizará por propostas não recebidas, no prazo estabelecido, em decorrência de eventuais problemas técnicos externos à Fundação.

9. ENQUADRAMENTO, CLASSIFICAÇÃO E CONCESSÃO DE QUOTAS INSTITUCIONAIS DE BOLSAS DE DOUTORADO

9.1. As propostas serão analisadas em três etapas:

9.1.1. Enquadramento

Será realizado pela equipe técnica da Diretoria Científica - DICET da FAPESPA, que avaliará se as propostas atendem às disposições da presente chamada (Itens 6, 7 e 8). Esta etapa é eliminatória.

9.1.2. Classificação e Concessão de quotas de bolsas

- As propostas enquadradas serão analisadas pela equipe técnica da FAPESPA;
- Esta etapa é eliminatória e classificatória;
- Nesta etapa será realizada uma análise considerando os seguintes critérios:

QUADRO DE PONTUAÇÃO					
			NOTA	TOTAL	
A	Índice de evasão (Cancelamento e desligamento) dos doutorandos com bolsa da IES ou da Instituição de Pesquisa dos últimos 5 (cinco) anos				
		0-30%	3		
		31% a 49%	2		
		50% ou mais	1		
B	Tempo de permanência média dos doutorandos da IES ou da Instituição de Pesquisa dos últimos 5 (cinco) anos;				
		Até 48 meses	3		
		48 meses e 1 um dia até 54 meses	2		
		Acima de 54 meses	1		
C	Cursos de Doutorado que atuam nas áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (anexo II)				
		50% ou mais de programas de pós graduação stricto sensu atuam nas áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (anexo II)	3		
		30% a 49% de programas de pós graduação stricto sensu atuam nas áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (anexo II)	2		
		29% ou menos de programas de pós graduação stricto sensu atuam nas áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (anexo II)	1		
		Nenhum programa de Pós graduação stricto sensu atua nas áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (anexo II)	0		
D	Quantidade de publicação associada com alunos de doutorado em periódicos (Qualis A e B) nos últimos 5 anos (2012-2016)				
		Acima de 200	3		
		Entre 100 e 199	2		
		Até 99	1		
		Nenhuma	0		
E	Proposta de distribuição por área da quota de bolsas FAPESPA pleiteada				
		70% ou mais de bolsas para alunos de cursos de Doutorado em áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (anexo II)	3		
		50% a 69% de bolsas para alunos de cursos de Doutorado em áreas descritas no Termo de Referência (anexo II)	2		
		49% ou menos de bolsas para alunos de cursos de Doutorado em áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (anexo II)	1		
		Nenhuma bolsa para alunos de cursos de Doutorado em áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (anexo II)	0		

Percentual de discentes doutorandos com bolsa		
F	Até 30%	3
	31% a 60%	2
	Acima de 60%	1
TOTAL		

d) As instituições enquadradas, ao serem avaliadas nesta etapa, serão classificadas em faixas de beneficiamento, a saber:

Pontuação máxima 18 pontos

FAIXA 1 - Até 5 pontos: Nenhuma bolsa pleiteada

FAIXA 2 - De 6 a 9 pontos: Até 40% das bolsas pleiteadas desde que respeitados os itens 4.1 e 9.2 desta chamada

FAIXA 3 - De 10 a 15 pontos: Até 70% das bolsas pleiteadas desde que respeitados os itens 4.1 e 9.2 desta chamada

FAIXA 4 - De 16 a 18 pontos: Até 100% das bolsas pleiteadas desde que respeitados os itens 4.1 e 9.2 desta chamada

e) Havendo empate entre as proponentes na faixa de beneficiamento e/ou sobra de bolsas, serão considerados os seguintes critérios de desempate, na ordem abaixo descrita:

Primeiro critério de desempate: Maior pontuação dentro da faixa de beneficiamento (item 9.1.2, d);

Segundo critério de desempate: Maior percentual de bolsas designadas para cursos de doutorado em áreas estratégicas descritas no Termo de Referência (Anexo II);

Terceiro critério de desempate: Menor percentual de discentes doutorandos com bolsa.

9.1.3. Homologação

Os resultados das análises técnicas das propostas enquadradas e classificadas serão aprovados pelo Diretor Científico/FAPESPA e homologados pelo Diretor Presidente da FAPESPA e publicados na imprensa oficial do Estado do Pará para esta finalidade.

9.2. Nenhuma Instituição de Ensino Superior – IES ou Instituição de Pesquisa poderá receber mais do que 30% (trinta por cento) das quotas de bolsas disponibilizadas nesta chamada.

10. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. O resultado preliminar será devidamente assinado pelo Diretor-Científico da FAPESPA e, na sequência, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará (DOE), em forma de extrato e, na íntegra, na página da FAPESPA (www.fapespa.pa.gov.br);

10.2. O resultado final da seleção das propostas, após o resultado de todos os recursos administrativos, será devidamente assinado pelo Diretor-Presidente da FAPESPA e, na sequência, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará (DOE), em forma de extrato e, na íntegra, na página da FAPESPA (www.fapespa.pa.gov.br);

10.3. Eventuais recursos poderão ser interpostos na forma da lei, nos prazos previstos no item 3 e protocolados na sede da FAPESPA até às 14h, com ofício endereçado ao Diretor Científico ou encaminhados via correio, através de serviço de encomenda expressa, dentro do prazo aqui estabelecido. Na contagem do prazo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente na FAPESPA, não sendo considerados para efeito de cálculo aqueles nos quais o expediente se encerrar antes das 14 horas;

10.4. Recursos administrativos interpostos fora dos prazos estabelecidos neste Edital, não serão avaliados;

10.5. A análise e a resposta do recurso administrativo serão realizadas pela área técnica da Diretoria Científica da FAPESPA que, em conjunto com a Procuradoria Jurídica (se for o caso), após exame, a encaminhará para deliberação da Presidência da FAPESPA;

10.6. Os resultados dos recursos contra os resultados preliminares e/ou resultado final, devidamente assinados pelo Diretor Científico e o Diretor-Presidente da FAPESPA (respectivamente), serão publicados no Diário Oficial do Estado do Pará (DOE), observados os prazos constantes no item 3 desta chamada.

11. CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS APROVADAS

As propostas aprovadas poderão ser contratadas na modalidade de Convênio/Termo de Cooperação firmado entre o Diretor-presidente da FAPESPA e o dirigente máximo da IES ou IP, nos termos da minuta constante no Anexo IV, conforme disponibilidade de recursos financeiros. Para contratação, é necessário protocolar na FAPESPA, a documentação complementar impressa, solicitada abaixo:

11.1. Cópias impressas, autenticadas em cartório ou atestadas por servidor do quadro da instituição proponente (devidamente identificado com nome, N° de matrícula e função), dos seguintes documentos do representante institucional (Dirigente máximo da instituição):

- 11.1.1. Documento de identidade;
- 11.1.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 11.1.3. Comprovante de residência (exclusivamente: água, luz ou telefone) atualizado (dentro dos últimos três meses, a contar da data do protocolo na FAPESPA);
- 11.1.4. Documentação comprobatória do vínculo (Termo de Posse ou documento equivalente);

11.2. Ofício original, endereçado ao Diretor Científico da FAPESPA, indicando um servidor efetivo da instituição proponente para atuar na função de coordenador das quotas institucionais de bolsas aprovadas, devendo constar no ofício a ciência do servidor indicado, devidamente assinado pelo dirigente máximo da referida instituição;

11.3. Cópias impressas autenticadas em cartório ou atestadas por servidor do quadro da instituição proponente (devidamente identificado com nome, N° de matrícula e função), dos seguintes documentos do servidor responsável pela coordenação das quotas institucionais de bolsas indicado pelo dirigente máximo da instituição proponente:

- 11.3.1. Documento de identidade;
- 11.3.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 11.3.3. Documentação comprobatória do vínculo (contracheque atualizado ou declaração com matrícula e cargo);

11.4. Ofício original indicando o servidor efetivo da instituição proponente para atuar na fiscalização do Convênio/Termo de cooperação, devendo constar no ofício a ciência do servidor indicado, devidamente assinado pelo dirigente máximo da referida instituição;

11.5. Cópias impressas autenticadas em cartório ou atestadas por servidor do quadro da instituição proponente (devidamente identificado com nome, N° de matrícula e função), dos seguintes documentos do fiscal do Convênio/ Termo de cooperação indicado pelo dirigente máximo da instituição proponente:

- 11.5.1. Documento de identidade;
- 11.5.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 11.5.3. Documentação comprobatória do vínculo (contracheque atualizado ou declaração com matrícula e cargo);

11.6. Vias impressas dos seguintes documentos da Instituição proponente:

- 11.6.1. Certidão Negativa Relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (Receita Federal) da instituição proponente;
- 11.6.2. Certidão Negativa de Natureza não Tributária emitida pela Fazenda Pública Estadual (SEFA) da instituição proponente;
- 11.6.3. Certidão Negativa de Natureza Tributária emitida pela Fazenda Pública Estadual (SEFA) da instituição proponente;
- 11.6.4. Certidão Negativa de Débito emitida pela Fazenda Pública Municipal da sede da instituição proponente;
- 11.6.5. Certidão Negativa de Débitos trabalhistas da instituição proponente;
- 11.6.6. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF da instituição proponente;
- 11.6.7. Declaração de contrapartida não financeira (Anexo III);

11.7. Será verificado pela FAPESPA se a instituição proponente está adimplente com a FAPESPA;

11.8. Será verificado pela FAPESPA se a instituição proponente possui restrições no SIAFEM;

11.9. A Coordenadoria de Contratos e Convênios– CCON/FAPESPA, responsável pela contratação, realizará qualquer solicitação de informação e/ou documentação complementar, por meio do endereço eletrônico do proponente (representante institucional), cadastrado no SIGAMAZÔNIA. É de responsabilidade do proponente a atualização dos dados no sistema SIGAMAZÔNIA, bem como a responsabilidade de verificar o seu endereço eletrônico.

11.10. A não apresentação de um ou mais dos documentos solicitados pela Coordenadoria de Contratos e Convênios, no prazo de 20 (vinte) dias úteis do envio do email, implicará na desclassificação da proposta aprovada.

12. ATRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE APROVADA E CONTRATADA

Dentre outras atribuições, deverá a IES ou a Instituição de Pesquisa aprovada:

- 12.1.** Outorgar poderes à pró-reitoria de pesquisa e/ou pós-graduação e/ou setor equivalente da administração superior, para representá-la perante à FAPESPA, por meio de um servidor efetivo responsável pela coordenação das quotas institucionais;
- 12.2.** Divulgar amplamente em diferentes mídias, inclusive em sítio específico da IES ou da Instituição de Pesquisa, os critérios a serem utilizados para concessão das bolsas aos discentes de Doutorado apoiados pela FAPESPA;
- 12.3.** Efetuar pagamento das mensalidades aos bolsistas, evitando atrasos ou demoras, observando o disposto no Artigo 3º, Inciso VI, §1º II da resolução 18.589/2014 – TCE/PA;
- 12.4.** Restituir integral e imediatamente à FAPESPA todos os recursos aplicados sem a observância das normas do Convênio/Termo de cooperação, procedendo a apuração das eventuais infrações ocorridas no âmbito de sua atuação, para cobrança regressiva, quando couber;
- 12.5.** Apresentar, nos prazos estabelecidos, os relatórios de cumprimento do Convênio/Termo de cooperação, conforme legislação em vigor;
- 12.6.** Apresentar, prontamente, quaisquer relatórios solicitados pela FAPESPA e praticar todos os demais atos necessários à boa execução do Convênio/Termo de cooperação;
- 12.7.** Manter em seus arquivos e encaminhar, à FAPESPA, quando solicitado, no prazo máximo de 30 dias, os formulários de cadastro dos bolsistas aprovados preenchidos e assinados pelos bolsistas e seus respectivos orientadores e coordenadores do programa de Pós-graduação, juntamente com Atestado de Matrícula, Declaração de vínculo Institucional, declaração de não vínculo empregatício, cópias de RG, CPF e comprovante de Residência;
- 12.8.** Realizar a prestação de contas junto à FAPESPA observando o disposto nas resoluções 18.589/2014 e 18.840/2016 do TCE/PA;

12.9. Encaminhar à FAPESPA a lista dos candidatos aprovados no processo seletivo interno da instituição proponente para concessão de bolsas FAPESPA de doutorado, organizados por curso, campi de funcionamento do curso e área do conhecimento.

13. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE BOLSA AO DISCENTE

A IES ou Instituição de Pesquisa deverá exigir os seguintes requisitos do doutorando, para concessão da bolsa:

- 13.1.** Estar regularmente matriculado em programa ou curso de pós-graduação – Doutorado;
- 13.2.** Ser aprovado no processo seletivo interno da instituição proponente para recepção da Bolsa de Doutorado;
- 13.3.** Dedicar integralmente às atividades do curso de Doutorado;
- 13.4.** Não possuir vínculo empregatício ou funcional de qualquer natureza, exceto quando perceber remuneração bruta inferior ao valor da bolsa da respectiva modalidade, decorrente de vínculo funcional com a rede pública de ensino fundamental ou médio, desde que liberado integralmente da atividade profissional e esteja cursando a pós-graduação na respectiva área de atuação;
- 13.5.** Não acumular a percepção da bolsa com qualquer outra modalidade de auxílio ou bolsa;
- 13.6.** Possuir currículo atualizado na Plataforma Lattes;
- 13.7.** Não ser aposentado ou estar em situação equiparada.

14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

- 14.1.** A FAPESPA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, acompanhar o desenvolvimento das atividades e, verificar o cumprimento das condições fixadas na chamada e no Convênio/Termo de cooperação;
- 14.2.** O Convênio/Termo de cooperação definirá as bases em que a FAPESPA acompanhará supervisionará tecnicamente a evolução das atividades objeto desta chamada.
- 14.3.** A IES ou a Instituição de Pesquisa deverá encaminhar a prestação de contas técnica e financeira nos termos e prazos estabelecidos no Convênio/Termo de cooperação.

15. SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA BOLSA E SUBSTITUIÇÃO DO BOLSISTA

15.1. Suspensão da Bolsa

15.1.1. O período máximo de suspensão da bolsa pela IES ou Instituição de Pesquisa, devidamente justificado, será de até 18 (dezoito) meses, considerado o prazo de vigência final do Convênio/Termo de cooperação:

- a) será de até seis 6 (seis) meses, no caso de doença grave que impeça o bolsista de participar das atividades do curso ou no caso de licença maternidade, e não será computada para efeito de duração da bolsa;
- b) será de até 12 (doze) meses, para o bolsista de doutorado que for realizar estágio no exterior, relacionado ao seu curso.

15.1.2. É vedada a substituição de bolsista durante o período de suspensão da bolsa.

15.2. Cancelamento da Bolsa

15.2.1 A quota de bolsa poderá ser cancelada pela FAPESPA ou pela instituição proponente, por meio de seu representante máximo institucional, a qualquer tempo, por infringência às disposições desta chamada ou do Convênio/Termo de cooperação, ficando a IES ou Instituição de Pesquisa obrigada a ressarcir o apoio concedido, de acordo com a legislação em vigor;

15.3. Substituição do Bolsista

15.3.1. A Substituição de bolsista será autorizada exclusivamente pela FAPESPA por meio de análise de solicitação encaminhada pelo coordenador das quotas institucionais de bolsas da instituição proponente;

15.3.2. O bolsista substituto exercerá as atividades previstas, pelo período de tempo remanescente, que em hipótese nenhuma ultrapassará a vigência do Convênio/ Termo de cooperação;

15.3.3. O bolsista substituído deverá expressar, por escrito, a ciência de seu desligamento e os motivos que ensejaram tal situação e apresentar relatório técnico das atividades desenvolvidas no modelo de relatório oferecido pela Coordenadoria de Bolsas da Diretoria de Operações Técnicas da FAPESPA.

16. PUBLICAÇÕES E RESULTADOS OBTIDOS

16.1. O Bolsista FAPESPA deverá participar dos seminários anuais promovidos pela FAPESPA apresentando um resumo do desenvolvimento de sua pesquisa com até 300 palavras, destacando os objetivos, metodologia, resultados (obtidos até o momento) e inferências preliminares, informando abaixo da palavra RESUMO, o título da pesquisa, nome do orientador com titulação, nome da Instituição, o curso de doutorado ao qual está vinculado e a área do conhecimento;

16.2. As apresentações dos resumos serão realizadas pelos bolsistas em até 10 minutos, devendo os mesmos utilizarem o modelo de apresentação em mídia disponibilizado pela FAPESPA;

16.3. A FAPESPA publicará, em mídia digital, anais oriundos dos seus seminários anuais, onde constarão todos os resumos dos bolsistas. Os anais serão disponibilizados na página da FAPESPA, exceto em trabalhos onde haja possibilidade de ser requerida patente.

17. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA

A qualquer tempo, a presente chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da FAPESPA, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

18. IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA

18.1. Decairá do direito de impugnar os termos desta chamada perante à FAPESPA, a instituição proponente que não o fizer até o segundo dia útil, anterior ao prazo final estabelecido para o recebimento das propostas;

18.2. Não terá efeito de recurso, as impugnações feitas por aquele que, tendo aceitado sem nenhuma objeção, venha apontar, depois do julgamento, eventuais falhas ou irregularidades que o tenham viciado, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

18.3. A impugnação deverá ser dirigida à FAPESPA, por correspondência formal ao Diretor-Presidente, que encaminhará ao setor responsável na FAPESPA as impugnações recebidas para que o mesmo avalie e se manifeste a respeito no sentido de subsidiar-lhe na tomada de decisão.

19. CLÁUSULA DE RESERVA

À Diretoria Científica da FAPESPA - DICET é reservado o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente chamada.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A ausência de quaisquer documentos e informações exigidas pela FAPESPA, bem como o preenchimento incorreto ou incompleto do formulário de submissão são de inteira responsabilidade da Instituição proponente;

20.2 São de inteira responsabilidade da Instituição proponente a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade na escolha e seleção dos beneficiários/bolsistas;

20.3. É vedada a participação, nesta chamada, de servidores públicos e prestadores de serviços lotados na FAPESPA, bem como seus parentes em linha reta ou colateral até o terceiro grau de parentesco.

21. INFORMAÇÕES E CONTATOS

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA)

Diretoria Científica - DICET

Av. Gentil Bittencourt nº 1868, (esquina da Trav. Nove de Janeiro) Bairro de São Braz, CEP: 660.040-172, Belém/PA- Fone: (91) 3323-2564/3323-2581

URL: <http://www.fapespa.pa.gov.br> E-mail: dicet@fapespa.pa.gov.br

Prof. Dr. Eduardo José Monteiro da Costa

Diretor-Presidente da FAPESPA

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, compromissada com o desenvolvimento da pesquisa científica e com a formação de pesquisadores no estado do Pará, verifica a necessidade de realizar a chamada pública para concessão de quotas institucionais de bolsas de Doutorado às Instituições Públicas de Ensino Superior (IES); Institutos Públicos de Pesquisa (IP); Institutos de Pesquisa de direito privado sem fins lucrativos e integrantes da administração pública, localizadas no estado do Pará que possuem Programas de Pós-graduação *stricto sensu* recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

As propostas aprovadas serão contratadas por meio de Convênios/ Termos de Cooperação. Serão beneficiados com bolsas até 50 (cinquenta) alunos de cursos de Doutorado, que receberão o valor mensal de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais) a título de bolsa que terá duração máxima de até 48 (quarenta e oito) meses, respeitada a vigência do Convênio/Termo de cooperação.

Em uma perspectiva de governança sistêmica e partilhada, articulada com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica – SECTET, a FAPESPA assume a “missão institucional de executar políticas públicas para uso e disseminação do conhecimento, o progresso da ciência e da tecnologia e o apoio ao planejamento de Estado” (PDCTI - Plano Diretor de CT&I 2015-2019 – Estado do Pará, p. 59), tendo em vista o desenvolvimento econômico, social e ambiental, com atuação prioritária em quatro eixos estratégicos, dentre os quais está o eixo de formação de capital humano por meio de bolsas de iniciação à pesquisa, monitoria, mestrado e doutorado.

Esta chamada torna-se relevante por fortalecer os programas de doutorado localizados na Amazônia, que em 2011 representavam apenas 2,9% do total de programas de doutorado no Brasil, bem como por estar alinhada ao PDCTI 2015-2019 que possui dentre seus objetivos o de “apoiar programas de bolsas de formação científica, em todos os níveis de conhecimento, **em áreas estratégicas**”, descrito na linha de ação “Formar, fixar e atrair pessoal qualificado para áreas estratégicas” do eixo estratégico “Apoio à pesquisa e ao empreendimento para o desenvolvimento sustentável”.

Neste sentido e alinhado ao PDCTI 2015-2019 do Estado do Pará, ficam estabelecidas pela FAPESPA as seguintes áreas estratégicas:

ÁREAS ESTRATÉGICAS

- DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

“No caso da Amazônia e do Pará, em particular, pelas peculiaridades históricas e culturais envolvidas, o desafio do desenvolvimento sustentável impõe um planejamento estratégico com foco seletivo em educação profissional, ciência e tecnologia, em vista da substituição do tradicional e obsoleto modelo econômico extrativista por uma moderna e dinâmica economia do conhecimento, afinada com os desafios da contemporaneidade” (Plano Diretor de CT&I e Educação Técnica e Tecnológica 2015-2019, p.6, 2015).

- BIODIVERSIDADE, BIOTECNOLOGIA E BIOINDÚSTRIA

“O desenvolvimento e a consolidação de uma política científico-tecnológica consistente, indutora de bionegócios, têm por finalidade inserir o Estado do Pará em uma das indústrias mais promissoras de futuro – a bioindústria – por meio da qual se apresentam condições e vantagens potenciais para inserir a região entre os líderes mundiais do setor. O desafio é transformar as vantagens comparativas (estáticas) – legadas pela natureza – em vantagens competitivas (dinâmicas) – promovidas pelo conhecimento”. (Plano Diretor de CT&I e Educação Técnica e Tecnológica 2015-2019, p.35, 2015)

- PRODUÇÃO, TRANSPORTE E USO ENERGIA

“[...] vale destacar, ainda, como caminho prioritário aos investimentos em conhecimento, o aproveitamento das várias possibilidades do incomum potencial energético paraense. [...] O modelo do setor elétrico brasileiro tem como tradição a priorização da geração centralizada de grande porte, basicamente focada nas grandes centrais hidrelétricas, térmicas e algumas poucas nucleares, tendo as fontes renováveis não convencionais, a exemplo da eólica, da solar, da hídrica, da biomassa (em suas mais diversas possibilidades de utilização, inclusive os biocombustíveis) e da oceânica (principalmente marés e ondas) – todas disponíveis em abundância em território paraense –, parcela ainda bem pouco significativa no âmbito da matriz elétrica nacional.” (Plano Diretor de CT&I e Educação Técnica e Tecnológica 2015-2019, p.36, 2015).

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, em conformidade com a Chamada 006/2018 – FAPESPA. Que a [identificação da IES ou IP] dispõe de contrapartida na forma de [bens e/ou serviços] economicamente mensuráveis, no valor total de R\$ _____ (valor por extenso), conforme identificados abaixo:

Identificação do bem ou serviço	Valor econômico	Outras informações relevantes

Local- UF, ____ de _____ de 2018

(assinatura do representante máximo da instituição proponente)

ANEXO IV

CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO Nº
XXX/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA, E A
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SECTET, com sede à Av. Gentil Bittencourt, n. 1868, bairro de São Brás, CEP: 66.040-172, Belém/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.025.418/0001-28, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Diretor-Presidente, Prof. Dr. EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA, (Nacionalidade), (profissão), portador da Cédula de Identidade nº. XXXXX e do CPF/MF n. XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXX, Nº XXXXX, bairro: XXXXX, CEP: XXXXX, XXXXXXXX, designado por meio do Decreto s/n., do Governador do Estado do Pará, publicado no DOE nº. XXXX de XXXXX, ou por pessoa por ele designada, mediante Portaria publicada no DOE, anexa ao instrumento, quando for o caso, e a XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXX, nº. XXX, bairro: XXXXX, CEP: XXXXXXX, XXXXXXX /PA, inscrita no CNPJ/MF n. XXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONVENIENTE**, representada neste ato pelo Magnífico Reitor XXXXXXXXXXX, (Nacionalidade), (profissão), portador da Cédula de Identidade nº. XXXXX e do CPF/MF n. XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXX, Nº XXXXX, bairro: XXXXX, CEP: XXXXX, XXXXXXXX, nomeado por meio do XXXXXXXX, publicado XXXXXXXX, (...) resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Plano Plurianual 2016/2019, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e alterações posteriores, no Decreto Estadual nº 2.637/2010, 768/2013 e 870/2013, na Resolução TCE/PA nº 18.589/2014 e 18.840/2016, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio/Termo de Cooperação a mútua cooperação entre os partícipes para o fortalecimento dos programas e cursos de pós-graduação, reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES, por meio da concessão de quotas de bolsas de Doutorado, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

Subcláusula Única: Para a implementação do objeto deste Convênio/Termo de Cooperação, a **FAPESPA** concederá XX (XXXX) quotas de bolsas de Doutorado à/ao XXXXXXXXXXX, aprovada junto à **Chamada Pública nº 006/2018 – CONCESSÃO DE QUOTAS DE BOLSAS DE DOUTORADO**, conforme resultado publicado no Diário Oficial do Estado do Pará nº XXXX de XXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Convênio/Termo de Cooperação, independente de transcrição, a **Chamada Pública nº. 006/2018** e Termo de Referência, o Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

- a) transferir ao CONVENENTE o valor total de R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX), referente ao número de XXXXX (XXXXXXXX) quotas de bolsas, no valor mensal de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais), pelo período de até 48 (quarenta e oito) meses, previstos para a execução deste Convênio/Termo de Cooperação, de acordo com a programação orçamentária e financeira do CONCEDENTE e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- b) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio/Termo de Cooperação, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- c) analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Convênio/Termo de Cooperação e do seu Plano de Trabalho;
- d) analisar a prestação de contas relativa a este Convênio/Termo de Cooperação, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma e prazo fixada na Resolução nº. 18.589/2014 e 18.840/2016 do TCE/PA, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços conveniados;
- e) notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial, com fundamento nas normas estaduais aplicáveis;
- f) Apreciar e se manifestar acerca de qualquer proposta da CONVENENTE de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- g) Comunicar a Assembleia Legislativa do Estado do Pará a celebração do presente Convênio/Termo de Cooperação.

II - DO CONVENENTE:

- a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho, aprovados pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio/Termo de Cooperação;

- b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio/Termo de Cooperação;
- c) realizar o gerenciamento técnico e financeiro dos presente Convênio/Termo de Cooperação;
- d) assegurar a disponibilidade de contrapartida do Convênio/Termo de Cooperação;
- e) comprovar a quitação quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da Administração Pública Estadual;
- f) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio/Termo de Cooperação, observando a qualidade, quantidade e prazos definidos no Plano de Trabalho, designando profissional habilitado, conforme especificado na Cláusula Décima Primeira.
- g) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;
- h) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- i) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio/Termo de Cooperação em conta específica, aberta em instituição financeira oficial inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- j) restituir à CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação expedida pela CONCEDENTE, o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir do seu recebimento, quando:
 - a. não for executado o objeto pactuado;
 - b. não forem apresentadas, nos prazo exigidos, os demonstrativos financeiros e/ou de execução física;
 - c. os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- k) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
- l) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio/Termo de Cooperação, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- m) manter os comprovantes originais das despesas arquivados, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas e, na hipótese de digitalização, os documentos originais devem ser conservados em

arquivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos do julgamento das contas dos responsáveis concedentes pelo Tribunal de Contas do Estado, findo o qual poderão ser incinerados mediante termo;

n) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio/Termo de Cooperação, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

o) facilitar a supervisão e a fiscalização do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio/Termo de Cooperação, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa ao certame realizado para concessão das bolsas e os Instrumentos firmados com os bolsistas;

p) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio/Termo de Cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

q) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio/Termo de Cooperação, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

r) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio/Termo de Cooperação, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Convênio/Termo de Cooperação;

s) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio/Termo de Cooperação, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

t) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Convênio/Termo de Cooperação e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo CONCEDENTE, apor a marca da CONCEDENTE e do Governo Estadual em todos os eventos científicos e técnicos apoiados;

u) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio/Termo de Cooperação, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

v) manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio/Termo de Cooperação e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização, ou na hipótese prevista no art. 7º, § 1º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, no que for aplicável;

w) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio/Termo de Cooperação;

x) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

y) comprometer-se a realizar processo seletivo específico para fins de escolha dos bolsistas de Doutorado, veiculando a logo marca da CONCEDENTE e do Governo Estadual; e

z) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução ou gestão financeira do Convênio/Termo de Cooperação, comunicando tal fato ao CONCEDENTE.

aa) é vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, conforme determina o art. 41, §12º, da portaria Interministerial nº 424/2016;

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este Convênio/Termo de Cooperação terá vigência de 51 (quinta e um) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do CONVENIENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula Única. O CONCEDENTE prorrogará “de ofício” a vigência deste Convênio/Termo de Cooperação, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio/Termo de Cooperação, neste ato fixados em R\$ (.....), serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação 19.571.1452.8534, alocada no orçamento da CONCEDENTE, à conta de recursos oriundos do Tesouro Estadual, Fonte de Recursos 0101, Natureza da Despesa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Subcláusula Primeira. A indicação dos créditos e empenhos referentes aos recursos a serem transferidos pelo CONCEDENTE nos exercícios subsequentes, consignados no Plano Plurianual, será realizada mediante registro contábil e poderá ser formalizada por meio de apostila.

Subcláusula Segunda. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação do CONCEDENTE.

Subcláusula Terceira. O CONVENIENTE obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio/Termo de Cooperação.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRAPARTIDA

A contrapartida do CONVENIENTE será de natureza não-financeira e importa na quantia total de R\$ (XXXXXX), que se dará por meio da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX constante do presente instrumento e de outras despesas previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA– DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Estadual, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio/Termo de Cooperação.

Subcláusula Primeira. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENENTE:

I - estar adimplente com as fazendas: Federal, Estadual e Municipal;

II - estar regular com o FGTS - CRF;

III - não possuir débitos trabalhistas;

IV - não possuir restrições no Sistema de Administração Financeira para Estados de Municípios – SIAFEM;

V - estar em regular situação com outros Convênios, Acordos, Termos de Cooperação e congêneres celebrados com a FAPESPA; e

VI - estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

Subcláusula Segunda. Os recursos do convênio/Termo de Cooperação serão mantidos em conta bancária específica em instituição financeira oficial e somente poderão ser movimentados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, que fique identificado o favorecido e consignada sua destinação.

Subcláusula Terceira. Os Convênios firmados com instituições Federais poderão manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este instrumento em conta única da união, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observado as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas e em conformidade com a Resolução nº 18.840/2016 do TCE/PA;

Subcláusula Quarta. Os recursos deste Convênio/Termo de Cooperação, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENENTE em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

Subcláusula Quinta. As receitas das aplicações financeiras somente poderão ser aplicadas no objeto do Convênio/Termo de Cooperação, mediante anuência prévia do CONCEDENTE, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas, não podendo ser computadas como contrapartida.

Subcláusula Sexta. A conta referida no *caput* desta cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Sétima. É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea “a” do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Subcláusula Oitava. Nos termos do § 3º do art. 116, da Lei nº 8.666/1993, as parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do CONVENENTE em relação a outras cláusulas convencionais básicas;

III - quando o CONVENENTE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela CONCEDENTE ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio/Termo de Cooperação deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio/Termo de Cooperação;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio/Termo de Cooperação, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

IV - alterar o objeto pactuado, exceto no caso de ampliação da sua execução ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, mediante autorização prévia do CONCEDENTE;

V - pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

VII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VIII - realizar despesas com publicidade;

IX - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres;

X - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes do presente Termo, ou a conta que não a vinculada ao presente Convênio/Termo de Cooperação; e

XI - celebrar contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais.

Subcláusula Segunda. Será considerando como comprovação de pagamento ao bolsista, exclusivamente, o Recibo mensal em original, com as seguintes informações:

I - Nome completo do bolsista, RG, CPF e Matrícula na Instituição;

II - Etapa relativa ao pagamento e o mês de competência;

III - Identificação do número do Convênio/Termo de Cooperação;

CLÁUSULA NONA – DA CONTRATAÇÃO COM BOLSISTAS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação do bolsista, objeto deste Convênio/Termo de Cooperação, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais

normas federais e estaduais pertinentes às licitações, contratos administrativos e chamadas públicas.

Subcláusula Primeira. O edital para consecução do objeto conveniado somente poderá ser publicado pelo CONVENENTE após a assinatura do presente instrumento.

Subcláusula Segunda. A CONVENENTE deverá exigir os seguintes requisitos do doutorando, para concessão da bolsa:

I – estar regularmente matriculado em programas ou cursos de pós-graduação;

II – ser selecionado e indicado à bolsa pelo programa;

III - Não possuir vínculo empregatício ou funcional, exceto quando perceber remuneração bruta inferior ao valor da bolsa da respectiva modalidade, decorrente de vínculo funcional com a rede pública de ensino fundamental ou médio, desde que liberado integralmente da atividade profissional e esteja cursando a pós-graduação na respectiva área de atuação;

IV - Não acumular a percepção da bolsa com qualquer outra modalidade de auxílio ou bolsa;

V - Possuir currículo atualizado na Plataforma Lattes;

VI - Não ser aposentado ou estar em situação equiparada;

VII – Dedicar-se integralmente às atividades do programa de pós-graduação;

Subcláusula Terceira. O período máximo de suspensão da bolsa pela IES ou Instituição de Pesquisa, devidamente justificado, será de até 18 (dezoito) meses, considerado o prazo de vigência do Convênio/Termo de cooperação:

a) será de até seis 6 (seis) meses, no caso de doença grave que impeça o bolsista de participar das atividades do curso ou no caso de licença maternidade, e não será computada para efeito de duração da bolsa;

b) será de até 12 (doze) meses, para o bolsista de doutorado que for realizar estágio no exterior, relacionado ao seu curso.

Subcláusula Quarta. É vedada a substituição de bolsista durante o período de suspensão da bolsa.

Subcláusula Quinta. A quota de bolsa poderá ser cancelada pela FAPESPA ou pela instituição proponente, por meio de seu coordenador das quotas institucionais de bolsas, a qualquer tempo, por infringência às disposições desta chamada ou do Convênio/Termo de cooperação, ficando a IES ou Instituição de Pesquisa obrigada a ressarcir o apoio concedido, de acordo com a legislação em vigor;

Subcláusula Sexta. A Substituição de bolsista será autorizada exclusivamente pela FAPESPA por meio de análise de solicitação encaminhada pelo coordenador das quotas institucionais de bolsas da instituição proponente;

Subcláusula Sétima. O bolsista substituto exercerá as atividades previstas, pelo período de tempo remanescente de execução do projeto, que em hipótese nenhuma ultrapassará a vigência do Convênio/Termo de Cooperação;

Subcláusula Oitava. O bolsista substituído deverá expressar, por escrito, a ciência de seu desligamento e os motivos que ensejaram tal situação e apresentar relatório técnico das atividades desenvolvidas no modelo de relatório oferecido pela Coordenadoria de Bolsas da Diretoria de Operações Técnicas da FAPESPA.

Subcláusula Nona. As bolsas de Doutorado terão duração, improrrogável, de até 48 (quarenta e oito) meses, respeitada a vigência do Convênio/Termo de cooperação;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO

Este Convênio/Termo de Cooperação poderá ser alterado mediante proposta do CONVENENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedado o desvirtuamento da natureza do objeto pactuado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONCEDENTE e CONVENENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, na forma da Lei nº 8.666/1994 e Decreto Estadual nº 870/2013, de forma suficiente para garantir a plena execução física do objeto.

Subcláusula Primeira. O CONCEDENTE designará, por meio de portaria, representante para o acompanhamento da execução deste Convênio/Termo de Cooperação, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

- I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados; e
- III - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

Subcláusula Segunda. A fiscalização pelo CONCEDENTE consistirá em:

I - atesto da aquisição de bens e da execução dos serviços realizados no âmbito do Convênio/Termo de Cooperação, por meio da verificação da compatibilidade dos quantitativos apresentados pela CONVENENTE com os quantitativos efetivamente executados;

Subcláusula Terceira. A fiscalização pelo CONVENENTE consiste na atividade administrativa realizada de modo sistemático, prevista na Lei nº 8.666, de 1993, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições do convênio/termo de cooperação, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos, competindo-lhe, ainda:

- I - manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das atividades previstas neste Instrumento e no Plano de Trabalho;
- II - verificar se os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas.

Subcláusula Quarta. No exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

- I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento; e

IV - solicitar diretamente à instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do Convênio/Termo de Cooperação.

Subcláusula Quinta. Constatadas irregularidades na execução deste Convênio/Termo de Cooperação ou impropriedades de ordem técnica, o CONCEDENTE suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e notificará o CONVENIENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

Subcláusula Sexta. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE apreciará e decidirá quanto à aceitação das justificativas apresentadas.

Subcláusula Sétima. Findo o prazo fixado para a adoção de providências e a apresentação de esclarecimentos, sem a regularização ou aceitação das justificativas apresentadas, o ordenador de despesas do CONCEDENTE realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENIENTE para que seja ressarcido o valor respectivo, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Oitava. O CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público, nos termos do art. 7º, §§ 2º e 3º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Nona. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Estadual, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos estaduais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula Décima. A CONCEDENTE outorga poderes a **Coordenadoria de Bolsas – COBOL**, para atuar perante a CONVENIENTE como responsável pela coordenação da execução do presente Convênio/Termo de Cooperação.

Subcláusula Décima Primeira. A CONVENIENTE outorga poderes o(a) servidor (a) XXXXXXXXXXXX, CPF nº. XXXXXXXX, RG nº. XXXXXXXX e matrícula nº. XXXXXXXX, para atuar perante a CONCEDENTE como responsável pela coordenação da execução do presente Convênio/Termo de Cooperação.

Subcláusula Décima Segunda. A fiscalização, acompanhamento e avaliação das ações apresentadas no Plano de Trabalho terá como responsável por parte da CONVENIENTE o (a) servidor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº. XXXXXXXX, RG nº. XXXXXXXX e matrícula nº. XXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE e dos rendimentos obtidos em aplicações no mercado financeiro consiste no procedimento de

acompanhamento sistemático que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do Convênio/Termo de Cooperação e o alcance dos resultados previstos.

O **CONVENENTE** será responsável por apresentar ao **CONCEDENTE**, as prestações de contas técnica e financeira final e parciais anuais dos recursos recebidos, na forma e nos prazos estabelecidos nesta Cláusula e quando couber.

Subcláusula Primeira: As prestações de contas técnica e financeira final deverão ser apresentadas pelo **CONVENENTE** ao **CONCEDENTE**, no prazo de 60 (sessenta dias) após o término da vigência do Convênio/Termo de Cooperação, e o **CONCEDENTE** fará remessa ao Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE, conforme disposto no Ato nº 72, de 22 de setembro de 2015, do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Subcláusula Segunda. Quando a liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à APROVAÇÃO de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente. Após aplicação da última parcela, será apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos.

Subcláusula Terceira. A liberação da segunda e demais parcelas ficarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas parcial anual, a qual além dos documentos listados no presente Convênio/Termo de Cooperação, deverá ser instruído com os recibos mensais em original, relativos aos pagamentos dos bolsistas.

Subcláusula Quarta. A **CONCEDENTE** poderá a qualquer momento solicitar apresentação de Prestação de Contas parcial, devendo a **CONVENENTE** atender no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período por conveniência da **CONCEDENTE**.

Subcláusula Quinta. As prestações de contas deverão ser elaboradas com rigorosa observância da legislação em vigor, devendo constituir-se dos seguintes documentos:

- a) cópia do termo de Convênio/Termo de Cooperação e, se houver, dos termos aditivos, acompanhados das respectivas publicações;
- b) Plano de Trabalho e o Orçamento Base, se for o caso;
- c) balancete financeiro, evidenciando os recursos repassados, a contrapartida, os rendimentos de aplicação financeira, as despesas realizadas e o saldo recolhido, se for o caso;
- d) relação das Notas de Empenho e das Ordens Bancárias referentes ao repasse ao **CONVENENTE**, contendo número, data e valor;
- e) relação dos documentos de despesa, ordenados cronologicamente e devidamente numerados, mencionando o nome do beneficiário e o valor;
- f) documento comprobatório das despesas, em original;
- g) cópia integral dos processos licitatórios ou da cotação de preço quando se tratar de ente de direito privado sem fins lucrativos, se for o caso, dos processos de dispensa ou inexigibilidade;
- h) cópia da documentação comprobatória dos recolhimentos correspondentes aos valores descontados dos beneficiários dos pagamentos, se for o caso;

- i) planilha orçamentária discriminando todos os serviços, quantidades e preços, bem como os boletins de medição utilizados para realizar os pagamentos, se o objeto do Convênio/Termo de Cooperação se referir a obras e serviços de engenharia, se for o caso;
- j) termo de Aceitação Definitiva da obra emitido pelo CONVENENTE, se for o caso;
- k) extratos da conta bancária aberta especificamente para movimentação dos recursos conveniados, quando couber;
- l) conciliação bancária;
- m) comprovante da devolução do saldo, se houver;
- n) relatório de cumprimento do objeto do Convênio/Termo de Cooperação, emitido pelo CONVENENTE;
- o) laudo da execução do Convênio/Termo de Cooperação emitido pela autoridade ou responsável designado do órgão ou entidade para acompanhar e certificar a sua execução;
- p) parecer emitido pelo órgão de controle interno da unidade CONCEDENTE, acompanhado da homologação da autoridade administrativa competente;
- q) planilha discriminando os valores dos bens e ou serviços utilizados como contrapartida pelo Convenente, se for o caso;
- r) relatório circunstanciado das medidas administrativas internas dispostas no art. 142, §1º, do Ato n. 63/2012, assinado pela autoridade competente;
- s) comprovante atualizado de endereço do CONVENENTE e do seu responsável.

Subcláusula Sexta. Os documentos exigidos na letra “f”, da Subcláusula Quinta, desta Cláusula, são: I - pessoa jurídica: a Nota Fiscal, bem como o respectivo Recibo, identificando o assinante e a sua função, ou documento equivalente que comprove a quitação; e II - pessoa física: a Nota Fiscal Avulsa e o respectivo Recibo de Quitação.

Subcláusula Sétima. O parecer exigido na letra “p”, da Subcláusula Quinta, desta Cláusula deve conter informações sobre a gestão dos recursos e os exames procedidos, quantificando os valores repassados e utilizados, bem como o saldo recolhido pelo convenente, se houver, e especificando os achados de auditoria, devidamente caracterizados pela indicação da situação encontrada e do critério adotado, com suporte em papéis de trabalhos mantidos à disposição do TCE/PA.

Subcláusula Oitava. A não apresentação da Prestação de Contas final ou parcial, no prazo estipulado nesta Cláusula, não isenta da regular instrução e dos elementos básicos contidos na Subcláusula Quinta, bem como da análise e parecer do controle interno e homologação da autoridade administrativa competente e acarretará na devolução dos recursos, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data do seu recebimento.

Subcláusula Nona. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora,

na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data do seu recebimento.

Subcláusula Décima. O CONVENENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas, via notificação prévia, que será feita por meio de carta registrada com declaração de conteúdo, com cópia para a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar.

Subcláusula Décima Primeira. Se, ao término do último prazo estabelecido, o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas final e nem devolver os recursos, o CONCEDENTE comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

Subcláusula Décima Segunda. Aprovada a prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade CONCEDENTE deverá efetuar o devido registro da aprovação da prestação de contas no cadastro de Convênio/Termo de Cooperação do SIAFEM e fará constar, do processo, declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

Subcláusula Décima Terceira. Na hipótese da ausência de apresentação da prestação de contas ou não aprovação das mesmas e exauridas todas as providências cabíveis, o CONCEDENTE instaurará tomada de contas especial e demais medidas de sua competência, encaminhando cópia ao Tribunal de Contas do Estado.

Subcláusula Décima Quarta. A prestação ou não de contas pelo CONVENENTE não substitui a obrigação do CONCEDENTE de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da Constituição e da legislação em vigor.

Subcláusula Décima Quinta. Aos Convênios firmados em entidades federais, aplica-se a Resolução N° 18.840/2016-TCE/PA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio/Termo de Cooperação, o CONVENENTE, no mesmo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOUREO ESTADUAL, no Banco do Estado do Pará, em favor do Estado do Pará, por meio de documento a ser definido e/ou emitido pela CONCEDENTE.

Subcláusula Primeira. Deve ser restituído o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto do Convênio/Termo de Cooperação, excetuada a hipótese prevista no art. 59, § 2º, da Portaria Interministerial n° 424, de 2016, em que não haverá incidência de juros de mora;
- b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio/Termo de Cooperação.

Subcláusula Segunda. Deve ser restituído o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data de recebimento do recurso.

Subcláusula Terceira. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro de Diversos Responsáveis no SIAFEM.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio/Termo de Cooperação poderá ser:

I - **denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Única. A rescisão do Convênio/Termo de Cooperação, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio/Termo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, pelo CONCEDENTE e no Diário Oficial da União, se for o caso, pelo CONVENENTE no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da assinatura, nos termos da legislação aplicável.

Subcláusula Primeira. Tratando-se de Convênio firmado com entidade Federal, a publicação do Instrumento deve ser providenciada pela CONVENENTE nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993.

Subcláusula Segunda. O CONCEDENTE notificará a celebração deste Convênio/Termo de Cooperação à Assembleia Legislativa, no prazo de 10 (dez) dias.

Subcláusula Terceira. Os partícipes obrigam-se a disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio/Termo de Cooperação, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações referentes a este Convênio/Termo de Cooperação, remetidas por *e-mail*, correspondência ou fax, serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via *fax*, não poderão se constituir em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio/Termo de Cooperação, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, ao foro da Comarca de Belém-PA/foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, na Cidade de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Belém (PA), de de 2018.

Diretor-Presidente da FAPESPA

Reitor da XXXXX

Testemunhas:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

PLANO DE TRABALHO

1. PARTICIPES – CONCEDENTE			
1º PARTÍCIPE			
ÓRGÃO/ENTIDADE Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA			CNPJ 09.025.418/0001-28
ENDEREÇO Av. Gentil Bittencourt, nº 1868, bairro São Braz, Belém-PA			
CIDADE Belém	UF PA	CEP 66063-250	DDD/TELEFONE (91) 3323-2550
NOME DO RESPONSÁVEL EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA			CPF XXXXXXXXXX
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR XXXXXX – SSP/PA	CARGO Diretor-Presidente	FUNÇÃO	MATRÍCULA XXXXX
ENDEREÇO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			

2º PARTÍCIPE – CONVENENTE			
ÓRGÃO/ENTIDADE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX
ENDEREÇO Av. XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXX/PA			
NOME DO RESPONSÁVEL XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			CPF XXXXXXXXXXXXXXXX
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR XXXXXXXXXX-XXX – XX	CARGO Reitor		
ENDEREÇO Av. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			CEP XXXXXX

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO
Fortalecimento dos programas e cursos de pós-graduação, reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por meio da concessão de quotas de bolsas de Doutorado.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO (meta, etapa ou fase)					
Etapa/Fase	Meta	Especificação	Unidade	DURAÇÃO	
				Início	Término
1	Promoção de Doutores nas diferentes áreas do conhecimento.	Concessão de XXXX quotas de bolsas de Doutorado	Parcela	ANO 1	ANO 4

4. DESCRIÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO (R\$1,00)			
NATUREZA DA DESPESA	FAPESPA	XXXXX	TOTAL

Especificação	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	
Bolsas	XX	XX	XX	XX	0,00	XX	XX	0,00	XX
Outros a especificar (Contrapartida)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a especificar (Contrapartida)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XX

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

CONCEDENTE

META	Total Por Parcela	Ordem de Despesa de Custeio – ODC	Ordem de Despesa de Capital – ODK
1ª Parcela (XXXX)	XXXXXXX	XXXXXXX	0,00
2ª Parcela (XXXX)	XXXXXXX	XXXXXXX	0,00
3ª Parcela (XXXX)	XXXXXXX	XXXXXXX	0,00
4ª Parcela (XXXX)	XXXXXXX	XXXXXXX	0,00
TOTAL	XXXXXXX	XXXXXXX	0,00

6. DECLARAÇÃO

NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL DA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - XXXXXXXXXXXX, DECLARO PARA FINS DE PROVA JUNTO À FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA PARA OS EFEITOS E SOB AS PENAS DA LEI, QUE INEXISTE QUALQUER DÉBITO EM MORA OU SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA COM O TESOUREO ESTADUAL OU QUALQUER ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, QUE IMPEÇA A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO, NA FORMA DESTES PLANO DE TRABALHO.

Belém-PA, de de 2018.

7. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO

Belém-PA, de de 2018.

EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA
DIRETOR-PRESIDENTE DA FAPESPA